

Os usos do dinheiro do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído por Medida Provisória em 2003, com o objetivo de unificar outros programas de transferência de renda do Governo Federal (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI], Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, além do Vale Gás). Integrando esses programas, aumentando o valor dos benefícios monetários, esforçando-se para ampliar a proteção e corrigir os desvios, consolidou-se como um dos maiores e mais ambiciosos instrumentos de política social brasileira, beneficiando mais de 12 milhões de famílias e tendo um orçamento anual de 12 bilhões de Reais.

Alvo de inúmeras críticas, o que mais se discute, além do fato do benefício ser transferência direta de renda, são os critérios de seleção dos beneficiários, os mecanismos de mobilidade (portas de saída), e, fundamentalmente, as contrapartidas. O pano de fundo por trás dessa discussão é o debate sobre a capacidade dos beneficiários administrarem adequadamente (ou não) o benefício recebido.

A questão central sobre a qual esta pesquisa se debruça é, fundamentalmente, a moralidade em torno dos usos do dinheiro, um tema tradicional no âmbito da antropologia econômica. Considerando esta linha de raciocínio e apontando para a necessidade de dialogar com os próprios beneficiários, a pesquisa tem por objeto os usos do dinheiro do PBF e as moralidades subjacentes. O trabalho de campo vem sendo realizado em dois bairros de Alvorada-RS onde existe uma concentração de beneficiários do PBF. Através da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas, busca-se compreender o impacto econômico, social e cultural do dinheiro do PBF. A investigação realizada até o presente revela que os usos do dinheiro do PBF é tema freqüente entre os beneficiários, incluindo-se acusações de mau uso – conforme a moralidade local ou do programa (implícita nas contrapartidas).